



OAB cobra informações de Moro sobre grampo em escritório

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil enviou um ofício ao juiz Sergio Moro requerendo informações sobre a interceptação dos telefones do escritório Teixeira, Martins e Advogados durante a operação “lava jato”. A entidade também criou um grupo de trabalho para colher informações sobre a questão, após o caso [denunciado](#) pela revista eletrônica **Consultor Jurídico**.

A OAB pretende levantar dados em todo o país “com vistas a verificar o cumprimento da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), em especial no que diz respeito à garantia de que trata o seu artigo 7º, II”, que garante a inviolabilidade de sua correspondência telefônica. O documento enviado à 13ª Vara Federal de Curitiba é assinado pelo presidente do Conselho Federal da Ordem, **Cláudio Lamachia**.

Segundo Lamachia, a gravação de advogados e clientes é inaceitável. "A Ordem quer combater a impunidade e a corrupção. Defendemos a celeridade processual, mas não se pode pensar em combater o crime cometendo outro crime. Não podemos defender o combate à corrupção permitindo que isso seja feito ferindo a Constituição Federal", afirma o advogado.

Reportagem da **ConJur** revelou que as investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravaram telefonemas [de 25 advogados de escritório que defende o petista](#). O Ministério Público Federal pediu que o juiz federal Sergio Fernando Moro incluísse o telefone central do Teixeira, Martins e Advogados como se fosse da Lils Palestras, Eventos e Publicações, empresa de palestras do ex-presidente. Com essa artimanha, foram grampeadas conversas de todos os advogados que usaram a linha, o que pode ter atingido 300 clientes do escritório em mais de cem horas de ligações.

Procuradores da República negam irregularidades, dizem que transcrições das escutas não entraram nos autos e alegam que encontraram o telefone em um site. O [MPF chegou a criticar publicamente](#) o site por divulgar a notícia, mesmo sem apontar qualquer erro nela. O Conselho Federal da Ordem [classificou as interceptações como inadmissíveis](#).

O grupo formado pela OAB para estudar e adotar as medidas cabíveis em face das violações às prerrogativas profissionais envolvendo interceptações telefônicas de advogados será composto pelo secretário-geral adjunto Ibaneis Rocha, pelos presidentes seccionais Felipe de Santa Cruz (RJ), José Augusto Araújo de Noronha (PR) e Marcos da Costa (SP), além dos conselheiros federais Cássio Lisandro Telles (PR); Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM); José Maurício Vasconcelos Coqueiro (BA); e Roberto Charles de Menezes Dias (MA).

Clique [aqui](#) para ler o ofício.

Date Created

22/03/2016